

TURISMO DE NATUREZA

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA



2000 - 2006



ICN 

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nota introdutória

O presente Enquadramento Estratégico visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza nesta Área Protegida (AP) em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela Comissão Paritária no dia 8 de Novembro de 2001.

Salienta-se que todos os projectos que incluam actividades e instalações turísticas nesta AP devem ser sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e particularmente do disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto Lei Nº 47/99 de 16 de Fevereiro, Decreto Regulamentar Nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Nº 18/99 de 27 de Agosto.

I - Caracterização do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

1. Caracterização geográfica e biofísica

1.1 Localização

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina abrange uma área cujos limites são indicados na fig. 1 e abrange o todo ou parte de algumas freguesias dos concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo.

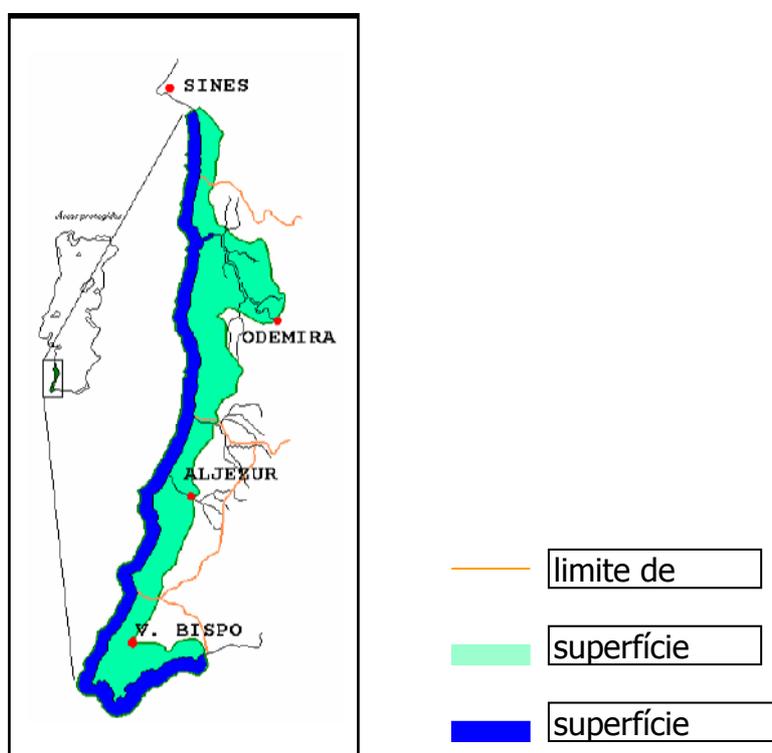


Fig. 1 - Limites do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Este Parque Natural foi criado pelo Decreto Regulamentar nº 26/95 de 21 de Setembro e consiste numa extensa zona costeira que se estende desde a Ribeira de Morgavel, a norte de Porto Covo, no concelho de Sines, até ao Burgau, no concelho de Vila do Bispo.

Com uma área total aproximada de 76.000 ha, tem no concelho de Sines a sua largura mínima (uma estreita faixa com 2,5 a 3 km entre o mar e a estrada municipal 554), sendo a máxima no concelho de Odemira, onde atinge cerca de 18 km de largura.

A sua configuração como uma faixa paralela à linha de costa significa que no PNSACV se pode encontrar uma grande diversidade de património natural, onde se inclui mais de uma centena de quilómetros de praias, arribas, dunas e falésias, bem como uma área marinha com 2 km de largura e áreas de interior, das quais são exemplo a extensa charneca litoral- com as suas lagoas temporárias -, transição entre a linha de costa e as zonas de maior relevo como o são parte da Serra do Cercal ou da Serra do Caldeirão.

A superfície total abrangida pelo PN é de aproximadamente 76 000 ha distribuídos pelos concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo.

1.2 Caracterização biofísica

Relevo

Ao longo de todo o PNSACV é possível definir algumas unidades geográficas:

- *planície litoral entre Porto Covo e Arrifana* - faixa extensa, adjacente à linha de costa e que ocupa quase toda o PN desde Porto Covo, a norte, até à Arrifana, a sul de Aljezur;
- *zona de serra* - situa-se no concelho de Odemira, onde o PN atinge a sua largura máxima, estendendo-se pela base da serra do Cercal, desde S. Luís até à vila de Odemira, e onde se inclui parte da bacia hidrográfica do Rio Mira;
- *faixa entre a Arrifana e Vila do Bispo/Torre de Aspa* - de relevo irregular, cortada por diversas linhas de água e pequenos vales;
- *Torre de Aspa/Sagres Burgau* - plataforma no extremo sul do PNSACV.

Solos

O PNSACV é uma extensa zona costeira arenosa, de arribas alternadas com barrancos, praias, falésias marinhas, pequenas ilhas e rochedos, com numerosas linhas de água onde se incluem estuários, rios e ribeiros.

A análise pedológica foi feita de acordo com a classificação da FAO, tendo por base cartografia na escala 1:1.000.000. Entre parêntesis é referida a correspondente classificação portuguesa do ex-CNROA; é referida ainda a correspondente capacidade de uso das manchas de solos dominantes:

- a) *região compreendida entre Porto Covo e o Cabo Sardão* - esta mancha é constituída pelos Podzois órticos (Podzois com e sem surraipa) e pelos

regossolos êutricos (Regossolos psamíticos), correspondendo a uma capacidade de uso E, na franja litoral de areias e dunas, e D entre essa faixa e a serra;

b) *região litoral entre o Cabo Sardão e Arrifana, incluindo parte do Vale do Mira, S, Teotónio e Odeceixe* - esta mancha é constituída essencialmente por Podzois órticos (Podzois com e sem surraipa), correspondendo a uma capacidade de uso dominante D, excepto nas zonas de encostas declivosas, onde é E e noutras situações mais favoráveis C; em alguns troços do rio Mira surgem solos com capacidade B e C;

c) *região compreendida entre Aljezur e a Carrapateira* - mancha constituída por Aluviossolos férricos (Solos Mediterrânicos Vermelhos normais de xistos) e por Aluviossolos órticos (Solos Mediterrânicos Pardos normais de xistos), correspondendo uma capacidade de uso dominante E, existindo no entanto algumas manchas significativas de boa aptidão agrícola (A e B), correspondentes aos vales na zona de Aljezur e Alfambra;

d) *Vale do rio Mira, próximo de Odemira* - mancha constituída por Litossolos êutricos (Litossolos de xistos), correspondendo à classe de capacidade de uso E;

e) *região compreendida entre a Carrapateira, Castelejo e Figueira* - mancha onde predomina os Vertissolos crómicos calcários (Barros Castanho-avermelhados calcários pouco descarbonatados), correspondendo a uma capacidade de uso dominante B e C, dependendo dos declives;

f) *região envolvente da Ponta de Sagres* - mancha constituída por Aluviossolos rodocrómicos cálcicos (Solos Mediterrânicos Vermelhos de materiais calcários normais) associados a afloramentos rochosos; devido à variedade de situações existentes, encontram-se manchas de todas as classes de aptidão, sendo de destacar a existência de manchas significativas de solos de boa aptidão agrícola (A e B).

Morfologia

A morfologia desta área é o resultado de três factores que actuaram conjuntamente: geolitoologia, tectónica e erosão.

No PNSACV podem distinguir-se cinco zonas:

- entre Porto Covo (concelho de Sines), a norte, e a Arrifana (concelho de Aljezur), mais a sul, encontra-se uma zona plana com vales encaixados, quer se trate de barrancos, quer de colectores de bacias hidrográficas importantes, como o vale do Rio Mira, da Ribeira de Seixe e da Ribeira de Aljezur; esta zona é coberta por uma película delgada de areia não consolidada, muito permeável, que permite a circulação superficial de água;
- na zona entre a Arrifana e a Carrapateira a erosão é maior por ausência da camada de areia, surgindo aqui um relevo com características dos relevos interiores, mas menos acentuado, interrompido pela zona plana correspondente à foz da Ribeira da Bordeira/Carrapateira;
- da Carrapateira até à Torre de Aspa desenvolve-se uma zona com características idênticas às anteriores, mas com declives mais acentuados e muito erodida, com uma intensa drenagem litoral, constituída por barrancos que escavaram vales muito encaixados;
- da Torre de Aspa para sul encontra-se novamente uma zona plana que corresponde à plataforma de Sagres/Vila do Bispo, onde rareiam as linhas de água;
- para este da zona anterior surge uma outra onde se podem encontrar zonas planas, zonas com relevo moderado e outras de relevo acentuado, com vales fundos e cerros arredondados.

A altitude média no PNSACV é de 159 m e a máxima é de 280 m.

Hidrologia

A rede hidrográfica no PNSACV é constituída pelo sistema do Rio Mira, no seu troço final, e pelos cursos de água que desaguam directamente no Atlântico, atravessando a costa ocidental ou a costa sul.

A bacia hidrográfica maior e mais importante é a do Rio Mira, com numerosos afluentes. Outras bacias hidrográficas importantes são as da Ribeira de Seixe, da Ribeira de Aljezur e da Ribeira da Bordeira/Carrapateira. Drenam áreas extensas e no seu troço final, incluído no PNSACV, terminam em vales abertos e bem definidos e têm regime permanente.

Para além destas bacias hidrográficas, predominam as pequenas e médias bacias correspondentes a linhas de água de drenagem litoral, de regime temporário.

Temperatura

O clima da região, embora Mediterrânico, sofre forte influência marítima, que se traduz em Invernos menos frios e Verões mais frescos, desempenhando o vento um papel importante na definição das condições climáticas.

As temperaturas aumentam de norte para sul, sendo as médias, ao longo do ano, de 15°C em Monte Velho e Sines e de 16°C em Vila do Bispo e Sagres.

Precipitação

Os valores médios anuais da precipitação variam entre os 400 mm, na zona de Sagres/Cabo de S. Vicente e os 600 - 700 mm, na área que se estende para norte de Odeceixe.

O total pluviométrico aumenta para norte e para o interior (800 mm na Serra do Cercal e 1200 mm em Monchique).

A precipitação máxima ocorre no mês de Dezembro.

Vento

Os ventos dominantes, durante todo o ano, são os ventos de norte e noroeste. Os ventos de Sudoeste têm expressão em Sines ao longo de todo o ano e em Sagres e Vila do Bispo em Janeiro e Fevereiro. Ventos fortes carregados de humidade ocorrem com maior frequência nos meses de Verão, contribuindo assim para os altos valores de humidade registados durante o estio.

Flora

No PNSACV são conhecidos cerca de 750 taxa. As espécies tidas como endémicas, raras ou localizadas, são em número superior a 100, incluindo não só as espécies consideradas vulneráveis portuguesas, como também diversas espécies estritamente protegidas na Europa.

A quantidade de endemismos próprios desta região determina também a formação de numerosas associações igualmente endémicas, algumas com uma área de distribuição reduzida, constituindo todas estas espécies, no seu conjunto, um património particularmente raro, cuja viabilidade a longo prazo deve ser assegurada.

Os biótopos onde ocorrem estas espécies são:

- todo o litoral, incluindo arribas, dunas, sapais, foz e estuários de rios e ribeiras;
- zonas húmidas, linhas de água e suas margens, barrancos e vales;

- encostas declivosas (com declives superiores a 35%);
- montados, bosques e bosquetes de quercíneas e de outras folhosas autóctones, bem como matos litorais.

Fauna

O PNSACV inclui um conjunto diversificado de biótopos aos quais estão associadas comunidades faunísticas características. Assim, os biótopos importantes para a fauna são os seguintes:

a) sequeiros - zonas com uma avifauna relativamente diversificada que inclui espécies como tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), alcaravão (*Burhinus oedicephalus*), e sisão (*Tetrax tetrax*), constituindo ainda as principais áreas de alimentação da gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*);

b) lagoas temporárias - pequenas lagoas associadas à charneca que secam no período estival e com grande interesse faunístico, por constituírem uma importante zona de alimentação para cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), garça (*Egretta garzetta*), abibe (*Vanellus vanellus*) e narceja (*Gallinago gallinago*), uma vez que possuem uma riquíssima comunidade de anfíbios.

c) charnecas litorais - biótopo raro com uma comunidade avifaunística muito diversificada e espécies de mamíferos como o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), raposa (*Vulpes vulpes*), sacarrabos (*Herpestes ichneumon*) e texugo (*Meles meles*); devido ao seu carácter húmido, nas charnecas existe uma fauna rica de anfíbios, como o sapinho-de-verrugas-verdes (*Pelodytes punctatus*), sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*) e sapo (*Bufo bufo*); ocorrem ainda répteis como a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) e cobra-lisa-bordalesa (*Coronella girondica*);

d) áreas florestais:

- montados - muito rico e diversificado na sua comunidade de passeriformes;
- barrancos - vales encaixados com uma densa cobertura vegetal, utilizados como refúgio ou zona de reprodução de algumas espécies de grandes vertebrados, como lince-ibérico (*Lynx pardinus*), gato-bravo (*Felis silvestris*) e lontra (*Lutra lutra*); encontram-se também algumas espécies de aves que ocupam o topo da cadeia alimentar: bufo-real (*Bubo bubo*), águia-de-bonelli (*Hieraaetus fasciatus*) e águia-cobreira (*Circaetus gallicus*);
- pinhais - pela sua localização nos corredores migratórios, alguns povoamentos assumem especial importância como zona de repouso e abrigo de grandes quantitativos de várias espécies de rapinas diurnas e nocturnas, como açor (*Accipiter gentilis*), gavião (*Accipiter nisus*), ogea (*Falco subbuteo*) e bufo-pequeno (*Asio otus*), assim como passeriformes e rola (*Streptopelia turtur*);

e) falésias - na comunidade avifaunística encontram-se falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) e gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*); na comunidade de carnívoros referem-se geneta (*Genetta genetta*), texugo (*Meles meles*), fuinha (*Martes foina*) e raposa (*Vulpes vulpes*);

f) zonas húmidas - inclui-se nesta designação o leito de cheia dos principais cursos de água da região e pequenos paúis, sapais, caniçais, etc.; nos sistemas ribeirinhos ocorrem espécies de peixes dulciaquícolas de elevado interesse ecológico, endemismos nacionais como o barbo-do-sul (*Barbus sclateri*) e a boga portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*) e um endemismo local, o escalo-do-Mira (*Leuciscus* sp.), bem como a lontra (*Lutra lutra*);

Património natural e construído

Além da fauna e da flora, existe no PNSACV todo um património natural e construído de elevado valor histórico-cultural e científico. Algumas das unidades que

constituem esse património são a **Ilha do Pessegueiro**, as **praias, dunas, dunas consolidadas, arribas costeiras, vales e encostas das linhas de água e grutas**, de que se mencionam a gruta do Monte Clérigo e a gruta Amarela, entre Odeceixe e Aljezur, onde se refugia uma importante comunidade de morcegos.

Um dos maiores valores naturais do PNSACV é o mar, com toda a sua importância em termos paisagísticos, de fauna e flora, constituindo uma importante fonte de riqueza.

Relativamente ao **património arquitectónico**, não existem na região monumentos arquitectónicos de envergadura, dado sempre ter sido uma zona rural, cuja grandeza se traduz pela harmonia e integração das formas construídas, sendo estes os valores que conferem identidade à região.

Como aglomerado, edifícios e conjuntos com interesse, referem-se a vila de Porto Covo e o forte da Ilha do Pessegueiro, no concelho de Sines; o núcleo antigo da vila de Odemira, a sua Igreja Matriz e ruínas do castelo, o núcleo antigo de Vila Nova de Milfontes, bem como o forte e o pelourinho, e ainda os moinhos de maré do Rio Mira, os moinhos de vento ou a ermida de S. Pedro, tudo no concelho de Odemira; os silos medievais e a Igreja Matriz de Odeceixe, o castelo, a fonte, o pelourinho e a Igreja da Misericórdia em Aljezur, bem como a Igreja de N.ª S.ª da Conceição na Carrapateira, no concelho de Aljezur; no concelho de Vila do Bispo destacam-se os núcleos antigos de Vila do Bispo, de Sagres, da Raposeira e do Burgau, com diversos monumentos nacionais e imóveis classificados de interesse público.

2. Caracterização sócio-económica

No quadro I é indicada a divisão administrativa da área abrangida pelo PNSACV, por distrito, concelho e freguesia.

DISTRITO	CONCELHO	FREGUESIA
Setúbal	Sines	Porto Covo
Beja	Odemira	V. N. Milfontes S. Luís S. Salvador S. Teotónio Zambujeira
Faro	Aljezur	Odeceixe Rogil Aljezur Bordeira
	Vila do Bispo	Vila do Bispo Sagres Raposeira Budens
TOTAL		14

QUADRO I - Divisão administrativa do PNSACV

2.1 - População residente

Nas freguesias abrangidas pelo PNSACV, o total de habitantes, em 1991, era de 26 250 (corresponde à população residente total das freguesias), com uma densidade populacional média de 23.8 habitantes/km², verificando-se uma maior concentração junto dos aglomerados urbanos. Por concelhos, o que apresenta maior densidade populacional é o de Sines, com 64.3 habitantes/km².

Da análise dos dados disponíveis relativos à distribuição da população residente no PNSACV, é possível concluir que:

- o concelho de Sines é o que apresenta maior densidade populacional, a par de um valor positivo para a variação da população residente, para o que contribui de forma determinante a freguesia de Sines, não abrangida pelo PNSACV, onde a instalação do complexo petroquímico e da central térmica, bem como o crescimento do porto e a qualidade dos acessos rodoviários têm sido factor de fixação e crescimento da população; as diferenças entre as duas freguesias que constituem o concelho de Sines (Sines e Porto Covo), são evidentes, verificando-se que a a freguesia de Porto

Covo, essa sim já abrangida pelo PNSACV, possui apenas 8.5% da população residente no concelho;

- no concelho de Odemira mantém-se a tendência para a perda de população residente, facto que se deve essencialmente à fuga das populações das freguesias mais interiores; naquelas que são abrangidas pelo PNSACV, verifica-se precisamente que as freguesias do litoral do concelho conseguem apresentar resultados positivos da variação da população residente, resultado do menor isolamento e do desenvolvimento da actividade turística, enquanto as de S. Luís e S. Teotónio, freguesias mais interiores, não são capazes de sustentar a diminuição da população residente;
- no concelho de Aljezur, a tendência para a perda de população é generalizada a todas as freguesias abrangidas pelo PNSACV, com excepção da freguesia de Aljezur que é sede de concelho e consegue evitar a redução da população residente graças aos diversos organismos públicos e outros serviços nela sediados;
- no concelho de Vila do Bispo, verifica-se que, das freguesias abrangidas pelo PNSACV, apenas Sagres e Budens apresentam uma variação da população residente positiva, facto que se prende com a sua maior proximidade do afluxo turístico da região algarvia e ainda, no caso de Sagres, por se tratar de um destino turístico por excelência;
- verifica-se ainda a existência de uma baixa densidade populacional em todas as freguesias, exceptuando-se aquelas onde a actividade turística está mais desenvolvida, como é o caso de V. N. Milfontes, Sagres e Budens.

Os dados relativos à caracterização da população residente permitem igualmente extrair as seguintes conclusões:

- a taxa de analfabetismo é muito elevada em toda a área do PNSACV, agravada pelo facto de a esmagadora maioria da população com nível de instrução não ultrapassar o ensino primário; novamente se verifica que existem diferenças consideráveis entre as freguesias mais litorais e as do interior, designadamente S. Luís (34.3%) e S. Teotónio (35.4%), onde a situação é ainda mais preocupante;
- é também visível o envelhecimento da população, com algumas freguesias a apresentarem já valores de população residente do escalão etário com 65 anos ou mais superiores à soma da população dos escalões etários com 0 a 14 anos e com 15 a 24 anos;

- verifica-se ainda que, em todas as freguesias, a população activa é bastante menor do que 50% da população residente, concluindo-se, portanto, que em toda a área abrangida pelo PNSACV há mais população inactiva, nomeadamente idosa, do que activa.

A população activa no conjunto das freguesias abrangidas no todo ou em parte pelo PNSACV é de 10 607 habitantes, dos quais:

49% no sector primário

27% no sector secundário

24% no sector terciário

Nos quatro concelhos abrangidos pelo PNSACV, o sector primário detém o maior peso nos concelhos de Odemira e Aljezur, embora se verifique, em qualquer dos quatro, uma subida do sector terciário devido, em grande medida, ao desenvolvimento da actividade turística. No entanto, no concelho de Sines o crescimento do sector terciário deve-se em grande medida ao afluxo de novos residentes para a freguesia de Sines, graças ao desenvolvimento do Complexo de Sines (porto de mar, indústria petroquímica e central térmica).

2.2 Actividades económicas

No PNSACV, as actividades principais e que determinam o rendimento das populações são a **agricultura**, a **pesca** e o **turismo**, esta última com efeitos potenciadores do crescimento também da construção civil e da actividade comercial.

O sector industrial é praticamente inexistente.

Apesar da sua qualidade, na área abrangida pelo PNSACV não há, no presente, quaisquer produtos locais certificados ou que tenham sido objecto de qualquer estratégia de marketing e comercialização. Verifica-se também a inexistência de qualquer unidade de transformação e/ou processamento dos produtos locais, nomeadamente os obtidos nas actividades agrícola ou piscatória.

2.2.1 Agricultura

Ao longo do PNSACV, e dada a diversidade de condições climáticas, edáficas e de infra-estruturas, os tipos de cultura predominantes são variados, pelo que é possível encontrar igualmente uma grande diversidade de produtos.

Com excepção da área ocupada pelo Perímetro de Rega do Mira e das várzeas de Odeceixe e de Aljezur, onde a disponibilidade de água tem permitido a reconversão e intensificação dos sistemas produtivos, grande parte da superfície agrícola incluída no PNSACV tem sido ocupada por sistemas e culturas tradicionais.

A pecuária desempenha um papel fundamental no rendimento da actividade agrícola.

2.2.2 Floresta

O coberto arbóreo do PNSACV apresenta duas componentes fundamentais:

- a natural, constituída por formações de matos diversificados dominadas por quercíneas (sobreiro - *Quercus suber*, carvalho cerquinho - *Quercus faginea*) localizadas nos vales fluviais encaixados, onde se verifica a ocorrência marginal ou relictica de plantas de valor científico elevado e de interessantes comunidades faunísticas;

- a artificial, constituída por bosquetes de pinheiros bravos (*Pinus pinaster*), cortinas de abrigo de composição variada e eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) estremes e que contribuem para a diversificação da paisagem rural.

2.2.3 Pesca

A pesca costeira é uma actividade importante nos concelhos de Sines, Odemira e Vila do Bispo, mantendo ainda o seu carácter artesanal. Trata-se de uma actividade muito pouco organizada, deficiente em infra-estruturas terrestres, mas com um elevado potencial de rentabilidade dada a grande qualidade do pescado. A actividade está intimamente ligada ao crescimento do turismo na área do PNSACV, atingindo os valores máximos em quantidade de pescado e de número de pescadores nos meses de Verão. De uma forma geral, a comercialização dos produtos é feita directamente aos consumidores, individualmente, ou aos inúmeros estabelecimentos de restauração existentes no litoral.

Além da pesca costeira, também a pesca à linha, a pesca de mergulho e a apanha de marisco desempenham um papel importante como complemento do rendimento de

várias famílias, essencialmente nas povoações costeiras. Também nestes casos, a comercialização é feita directamente aos consumidores individuais ou aos estabelecimentos de restauração.

A apanha de algas ao longo do PN só tem expressão na Azenha do Mar, entre a Zambujeira e Odeceixe.

2.2.4 Turismo

Considerando novamente os dados disponíveis relativos à actividade turística na região abrangida pelo PNSACV, conclui-se o seguinte:

- a esmagadora maioria da capacidade de alojamento na área do PNSACV é obtida à custa de estabelecimentos hoteleiros de muita pequena dimensão, localizados quase exclusivamente nos pólos urbanos, nomeadamente em V. N. Milfontes, Almogrove, Zambujeira, Odeceixe, Aljezur e Vila do Bispo;
- a maioria do alojamento com fins turísticos resulta do aluguer aos turistas, por parte das populações residentes, de normais casas de habitação, muitas vezes a própria habitação familiar que é desocupada apenas durante os meses de Verão;
- a taxa de ocupação é baixa, o que se deve ao facto de a actividade turística ser **sazonal**, extremamente concentrada nos meses de Verão e baseada exclusivamente no usufruto das praias, provocando nalguns pólos urbanos aumentos de população que chegam a ser dez vezes superiores à população residente;
- a qualidade dos alojamentos é reduzida, reflexo, entre outras causas, das deficiências de infra-estruturas locais, dimensionadas, em muitos casos, apenas para a população residente;
- o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros reflecte a procura da região, por parte dos turistas, durante a época estival;
- a estada média por hóspede em estabelecimentos hoteleiros é também muito baixa e, mais uma vez, traduz a sazonalidade da actividade turística no PNSACV.

Em face do exposto acima, conclui-se que a actividade turística na região é exclusivamente sazonal, baseada nas praias, geradora de postos de trabalho pouco qualificados e também sazonais, com deficiências na qualidade dos serviços prestados, exercida à custa de alojamentos familiares e particulares e que se reduz a complementar o rendimento familiar obtido com outra actividade principal, geralmente a agricultura.

II - Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza no PNSACV

1. Princípios orientadores para o Turismo de Natureza no PNSACV

A implementação do Programa Nacional de Turismo de Natureza nesta área protegida deverá reger-se pelos seguintes princípios:

- contribuir para a conservação da natureza e das condições ambientais no PNSACV através do desenvolvimento de uma actividade económica com elevado potencial na região
- promover o desenvolvimento local, melhorando o rendimento e qualidade de vida das populações residentes
- promover um modelo de actividade turística alternativo ao modelo "sol e praia" capaz de:
- diminuir a sazonalidade da actividade turística e os seus impactos no meio
- contribuir para a estabilização dos postos de trabalho no sector turístico valorizar, recuperar e promover o património natural, cultural e construído
- contribuir para a fixação das populações, nomeadamente dos jovens valorizar e promover os produtos locais
- associar a actividade turística a outros sectores como a agricultura, pesca e floresta
- diversificar e qualificar a actividade turística no PNSACV
- obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando as capacidades de carga do meio natural, social e económico

2. Objectivos genéricos do Enquadramento Estratégico do PNSACV

O presente Enquadramento Estratégico tem os seguintes objectivos genéricos:

- a) implementar os objectivos da criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza, consagrados na RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto;
- b) promover a implementação das diferentes modalidades do Turismo de Natureza, por forma a:
 - dotar o PNSACV de uma rede de oferta de alojamentos nas modalidades de "Casas de Natureza" e "Turismo em Espaço Rural"
 - dotar o PNSACV de infraestruturas e meios que permitam promover as modalidades de Animação Ambiental, nas suas vertentes de Animação, Interpretação e Desporto de Natureza
 - dotar o PNSACV de uma Carta de Desporto de Natureza;
- c) estimular as iniciativas e projectos com interesse para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, de acordo com a legislação e requisitos gerais e específicos em vigor;
- d) estimular a iniciativa privada no âmbito da instalação e funcionamento das Casas de Natureza.

3 – Potencialidades e recursos para o Turismo de Natureza

A concepção de um Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina pressupõe a identificação das potencialidades da região na perspectiva do Turismo de Natureza, nas suas várias modalidades.

Além de um valioso e diversificado património natural e paisagístico já apresentado na caracterização do PNSACV exposta anteriormente, esta região

dispõe ainda de outros motivos de interesse capazes de atraírem numeroso visitantes

3.1 O meio rural

Toda a área do PNSACV é essencialmente um meio rural que, enquanto tal, se pode considerar como fiel depositário de todo um património cultural rico em tradições, usos e costumes decorrentes da humanização milenária de toda a região.

Este património é ainda enriquecido pelo facto de o PNSACV incluir parcelas de território muito diversificadas, quer de norte para sul (duas regiões distintas, o Alentejo e o Algarve), quer de nascente para poente (a serra, a charneca litoral e uma extensa linha de costa), onde as actividades agrícola, florestal e piscatória estão vivas e em evolução, constituindo especial motivo de atracção para visitantes originários de grandes centros urbanos e, no seu conjunto, um meio privilegiado para a implementação das diferentes modalidades de Animação Ambiental consagradas no Programa Nacional de Turismo de Natureza.

3.2 A faixa costeira

Desde sempre principal motivo de atracção de visitantes, é possível encontrar ao longo da recortada linha de costa do PNSACV não só um número elevado de praias, mas também condições ideais para o desenvolvimento de quase todas as actividades de Animação Ambiental, isto é, de animação, de interpretação e de desporto de natureza: circuitos temáticos (as artes da pesca ou as lagoas temporárias, as dunas ou observação das falésias por mar, a geologia, etc.), observação de avifauna, gastronomia, desportos de natureza, património cconstruído (vilas e aldeias), arqueologia, etc.

Uma vez que toda a faixa costeira, dada a sensibilidade dos valores naturais nela existentes, apresenta algumas condicionantes às actividades humanas decorrentes quer do Plano de Ordenamento do PNSACV, quer do

Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau, as diversas actividades de Animação Ambiental a desenvolver deverão ser objecto de uma minuciosa avaliação, pelo que a sua prática terá que se enquadrar no zonamento e nas regras definidas nos Planos mencionados, tendo ainda em consideração aspectos como capacidade de carga dos diferentes locais ou épocas do ano mais apropriadas ao exercício das diferentes actividades de Turismo de Natureza.

3.3 Proximidade a outros pontos de interesse

Localizado no sudoeste do País, acompanhando toda a linha de costa que se estende de Sines até Lagos, o PNSACV pode captar facilmente, entre outros, visitantes quer da Grande Lisboa, quer do Algarve.

Além do património natural, cultural e construído localizado no interior do Parque, referem-se ainda alguns pontos de interesse situados nas áreas contíguas ao PNSACV, como é o caso das ruínas romanas de Miróbriga, em Santiago do Cacém, uma diversidade de barragens da qual se destaca a barragem de Santa Clara, no concelho de Odemira, a ZPE de Castro Verde com as suas estepes cerealíferas ou a Serra de Monchique, habitat do lince ibérico.

3.4 Observação da natureza

Para além da atitude contemplativa que a natureza proporciona, a compreensão do que nos é dado ver constitui uma mais valia e objectivo das AP, que se pretende seja traduzido no fomento de actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral. Neste contexto, o PNSACV reúne condições e potencial para a prática de actividades como sejam a **observação de aves** e os **percursos interpretativos de carácter geral ou temáticos** (flora, fauna, geologia, património construído, etc.), que, a serem enquadradas/promovidas por associações locais ou empresas, poderão de uma forma articulada com o alojamento e as infraestruturas de interpretação contribuir simultaneamente

para a conservação da natureza e para uma maior identificação/valorização da paisagem pelos autóctones com consequente promoção das populações residentes na AP.

3.5 Desportos de natureza

Enquanto Parque Natural, esta região possui as condições ideais para actividades de recreio e lazer ao ar livre, pelo que, desde a sua criação, tem vindo a ser palco de algumas actividades de animação, quase todas relacionadas com a simples visita da região e, portanto, realizadas de forma mais ou menos anárquica e pouco ordenada. Face à emergência de formas alternativas ao recreio tradicional, tem-se assistido nos últimos anos a uma oferta crescente de actividades designadas, no seu conjunto, como Desporto de Natureza e actualmente enquadradas no Turismo de Natureza.

Neste contexto e face às características do território, o PNSACV oferece condições óptimas para a prática de todas as actividades que constam do Dec. Reg. 18/99, de 27 de Agosto, **desde que devidamente enquadradas na Carta de Desporto de Natureza e sempre que a sua prática não se mostre nociva para a conservação da natureza.**

Actualmente as actividades com maior expressão são: o **pedestrianismo, orientação, escalada, rappel, parapente, hipismo, canoagem, surf e windsurf, mergulho e BTT.**

3.6 Gastronomia

O peixe, o marisco, os queijos, o mel, os enchidos, a carne, os doces regionais, bem como alguns pratos tradicionais, dos quais se destacam os associados à produção de **batata doce,** são produtos específicos desta região, resultantes das actividades económicas tradicionais, que seria importante certificar, no sentido de promover a sua comercialização.

A sua divulgação/promoção em feiras ou através de iniciativas endógenas representadas por empresas de serviços de alimentação e bebidas,

é uma forma de contribuir para o desenvolvimento local promovendo as relações de proximidade entre as populações e os turistas.

3.7 O artesanato

Consoante as matérias-primas que caracterizam determinada região, assim é definido o tipo de artesanato. No PNSACV, temos como mais significativas a cestaria e a olaria, que facilmente poderão ser complementares a outras actividades de animação à semelhança da gastronomia e das manifestações culturais.

3.8 Património histórico-cultural

Na área do PNSACV, destaca-se da descrição apresentada na caracterização desta área protegida o **promontório de Sagres**, bem como inúmeros vestígios arqueológicos da ocupação humana da região, entre os quais se podem referir **diversos sítios arqueológicos no concelho de Sines, as ruínas romanas da Ilha do Pessegueiro, o castelo de Aljezur e os menires de Vila do Bispo.**

São também inúmeras as **festas e romarias** que acontecem um pouco por todo o PNSACV.

3.9 - Alojamento turístico

A oferta de alojamento turístico nas modalidades de Turismo de Natureza é manifestamente insuficiente, limitando-se a algumas unidades de TER distribuídas ao longo do PNSACV. Esta área protegida dispõe, no entanto, de um número muito elevado de edificações com condições para virem a ser transformadas em alojamentos turísticos na modalidade "Casas de Natureza".

3.10 - Estruturas do apoio do PNSACV

A sede do PNSACV está situada em Odemira, existindo ainda o Centro de Interpretação do Pessegueiro (CIP), sito em Santo André, a norte do PNSACV, e um núcleo localizado em Aljezur, já na região algarvia.

No âmbito do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), encontra-se em preparação a instalação de um Gabinete de Atendimento na sede do PNSACV em Odemira, cuja entrada em funcionamento se prevê que ocorra até ao final do ano de 2001. Posteriormente, pretende-se instalar um outro Gabinete de Atendimento em Aljezur. Igualmente em fase de conclusão encontra-se a recuperação da **Casa Branca**, antigo armazém de cereais situado junto ao Rio Mira.

O PNSACV dispõe ainda de um Posto de Informação Turístico situado em S. Torpes., bem como de uma unidade com alojamentos sita na **Torre d'Aspa** a ser incluída na modalidade "Casas de Natureza".

4. Caracterização da oferta das infraestruturas e equipamentos turísticos

4.1 Alojamento

Como já foi referido, todo o PNSACV está mal servido de unidades de alojamento capazes de se integrarem nas modalidades consagradas no Programa Nacional de Turismo de Natureza. Com excepção de algumas unidades TER muita afastadas entre si, não existe qualquer alojamento na modalidade "Casas de Natureza", apesar de a região possuir em grande quantidade um património edificado com condições ideais para essa utilização.

Refere-se ainda a **Pousada da Juventude** situada no Almogrove, bem como **diversos parques de campismo** distribuídos ao longo de todo o PNSACV, exclusivamente situados próximo das praias.

4.2 Restauração

No que se refere a estabelecimentos de restauração, a região está dotada de um sem número destes estabelecimentos, de qualidade muito variável, localizados exclusivamente nos aglomerados urbanos e fruto da actividade turística no litoral.

Em todas as localidades é possível encontrar unidades de restauração mais tradicionais, de dimensão reduzida e igualmente com qualidade muito variável.

4.3 Equipamentos e infraestruturas desportivos

Para além de diversos campos de futebol, também neste sector a região está mal servida, sendo possível referir apenas o pavilhão gimnodesportivo de Odemira e o de Aljezur.

4.4 Infraestruturas das actividades culturais

Extremamente deficiente no que se refere a este tipo de infraestruturas, contabilizam-se apenas a Biblioteca Municipal de Odemira, o recinto da Feira de Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira, em S. Teotónio, a Sociedade Recreativa de S. Teotónio, o Centro Cultural de Vila do Bispo e o Cinema de V. N. de Milfontes.

5. Enquadramento estratégico das iniciativas no âmbito do PNTN

5.1 Alojamento e estruturas de apoio ao Turismo de Natureza

A existência, na região, de um alojamento turístico de qualidade é fundamental como suporte do modelo de actividade turística que se pretende desenvolver, pelo que deverá ser estimulada a realização de obras de recuperação/reconversão em edifícios públicos e/ou privados passíveis de serem

utilizados quer para alojamento, dentro das tipologias de "Casas de Natureza" e de "Turismo em Espaço Rural", quer como estruturas de apoio ao Turismo de Natureza.

Nestas modalidades de alojamento podem incluir-se as casas de Guarda Florestal, casas de Guarda Rios, casas de Guarda Fiscal, escolas, estações ferroviárias cujas funções originais foram desactivadas, e outras que se enquadrem nesta tipologia, bem como construções rurais tradicionais ou de arquitectura tipificada.

Tendo em conta o tipo de alojamento definido para o Turismo de Natureza, bem como os produtos turísticos a disponibilizar na região e ainda os objectivos traçados nos pontos 1. e 2. do capítulo II do presente Enquadramento Estratégico, deverá ser estimulada a criação de redes de alojamentos dispersos ao longo do PNSACV, bem como de entidades públicas e/ou privadas capazes de concentrar a informação relativa aos alojamentos existentes, organizar a oferta e proceder à sua promoção no exterior.

Nesta estratégia, prevê-se também a concessão a particulares das Casas de Natureza, por forma a contornar as dificuldades do PNSACV no que se refere à satisfação das necessidades em recursos humanos e materiais para a gestão desse alojamentos.

Poderá ainda ser considerada a instalação e funcionamento de Centros de Acolhimento que permitam alojar grupos tendo em vista a educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico.

Caso venham a existir pretensões de particulares no sentido de serem explorados centros de acolhimento, tal pretensão ficará condicionada a parecer do Parque Natural, com vista a garantir que os objectivos específicos do alojamento de grupos não é desvirtuado, e que os particulares têm condições – inclusivamente ao nível da formação técnica na área ambiental – para o desenvolvimento da actividade; do mesmo modo, a exploração de centros de acolhimento por parte dos particulares, obriga à existência de projecto mais abrangente que confirme a viabilidade e adequabilidade das acções de educação ambiental e das visitas de estudo de carácter científico que se lhe encontram associadas.

A estratégia a desenvolver em matéria de disponibilização de alojamento turístico no PNSACV (cujos locais de intervenção serão previamente definidos, tendo em consideração os objectivos que estiveram inerentes à criação do Parque Natural, aos Planos de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas) não dispensará a estreita colaboração das autarquias e outras entidades locais, bem como a participação da população e, em geral, de todos os agentes locais.

Fará parte desta estratégia ainda a implementação do apoio à iniciativa privada com vista ao desenvolvimento de projectos de turismo da natureza no Parque, nas suas diversas vertentes, que possam contribuir para a criação de emprego, diversificação do tecido económico e desenvolvimento sustentado da região.

5.2 Animação e Interpretação

Incluem-se nestas duas designações diferentes serviços e actividades de ocupação dos tempos livres dos visitantes capazes de promover a animação turística na região e contribuir para a ordenação do turismo e do recreio e para o desenvolvimento da região.

A estratégia a implementar tem por objectivos os seguintes:

- dotar o PNSACV de infraestruturas e meios para promoção de actividades de animação que, além da ocupação dos tempos livres dos visitantes, contribuam para a divulgação do património natural e cultural da região;
- qualificar e diversificar a oferta turística;
- promover, ordenar e regular a prática das actividades e serviços de animação e de interpretação, em conformidade com o disposto no Plano de Ordenamento do PNSACV e no Plano da Orla Costeira Sines-Burgau;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes através da valorização dos seus produtos e dos seus valores culturais;

- criar alternativas atractivas noutras áreas do PNSACV ou mesmo nas áreas envolventes, por forma a diminuir a pressão sobre áreas de maior interesse turístico coincidentes com áreas de maior sensibilidade ambiental;
- contribuir para a manutenção de uma actividade turística regular ao longo de todo o ano.

Para tal, a contribuição do PNSACV para estes objectivos deverá ser:

- aquisição e execução de projectos de requalificação de património arquitectónico, etnográfico, arqueológico e/ou paisagístico passíveis de serem integrados em núcleos ecomuseológicos ou em pólos de animação, nomeadamente: engenhos tradicionais (moinhos, lagares, fornos,...), fontanários, sítios arqueológicos, parques de merendas, zonas de jogos tradicionais e miradouros;
- instalação de pequenas estruturas de apoio às actividades de animação ambiental, tais como: cais fluviais para navegação turística, parques de merendas, observatórios, leitores de paisagem, painéis informativos, pistas de descolagem e pequenos abrigos ou refúgios de montanha quando integrados em circuitos pedestres;
- elaboração e exploração de circuitos temáticos e de passeios, incluindo a aquisição e recuperação de meios de transporte tradicionais.
- estabelecimento de percursos, incluindo a sua divulgação e sinalização.
- criação de pontos de venda directa de produtos locais e artesanato.
- revitalização de estabelecimentos tradicionais de convívio, como vendas e tabernas.
- valorização, divulgação e promoção da gastronomia regional.

5.3 Carta de Desporto e Natureza

A elaboração de uma Carta de Desporto de Natureza é um pilar fundamental da estratégia para o desenvolvimento do Turismo de Natureza no

PNSACV, tendo em conta a procura crescente de espaços adequados à prática das diversas modalidades. Assim, a estratégia a desenvolver deve basear-se na respectiva Carta de Desporto da Natureza, procurando atingir-se os seguintes objectivos:

- determinar as diversas modalidades de Desporto de Natureza a serem praticadas na área do PNSACV;
- definir os locais apropriados à prática das diferentes modalidades, estabelecendo um zonamento orientado quer pelo Plano de Ordenamento do PNSACV, quer pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau;
- regulamentar a prática das modalidades de Desporto de Natureza no que diz respeito às regras e orientações relativas a cada modalidade, bem como os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser praticadas;
- envolver na elaboração da Carta de Desporto de Natureza as autarquias, clubes e federações e outras entidades interessadas;
- definir e credenciar, para os diferentes tipos de actividade desportiva, parceiros capazes de assegurar o cumprimento, por parte dos promotores, das normas estabelecidas nos regulamentos existentes;
- dotar os agentes turísticos de conhecimentos ambientais que introduzam um salto qualitativo na prática das diversas modalidades;
- promover e divulgar as pequenas empresas locais

5.4 Promoção

A divulgação e promoção dos produtos e serviços turísticos que se pretendem desenvolver no PNSACV no âmbito do Turismo de Natureza é fundamental para a captação de visitantes, devendo ser concertada com as estratégias de promoção de outras entidades interessadas no desenvolvimento da actividade turística na região, nomeadamente as autarquias locais, a Região de Turismo do Algarve ou a Comissão de Turismo de Odemira.

A estratégia de promoção deverá contemplar os seguintes vectores:

- sistema de sinalização turística e viária, cuja 1ª fase de implementação no PNSACV deverá estar concluída até Dez./2001;
- edição de um Guia de Turismo de Natureza e respectivo Código de Conduta que informe os visitantes sobre os equipamentos de apoio existentes, os produtos turísticos disponíveis, as condições a que deve obedecer o seu usufruto e os aspectos particulares relacionados com a conservação da natureza;
- edição de publicações e folhetos concebidos em conjunto com a Região de Turismo do Algarve e a Comissão de Turismo de Odemira;
- informação directa aos visitantes prestada pelo PNSACV na sua sede e Centros de Interpretação; informação disponível nos diversos Postos de Turismo localizados ao longo do PNSACV;
- outras formas de promoção, tais como a divulgação de eventos na imprensa, a animação de espaços públicos e a participação em Exposições, Mostras e Feiras de Turismo

5.5 Formação Profissional

Associado à promoção e execução da estratégia de valorização do Turismo de Natureza no PNSACV, a qualidade do factor humano constitui condição indispensável no desenvolvimento de uma política coerente de turismo interno. Ou seja, a qualificação do factor humano, designadamente pela formação, deve integrar os objectivos da estratégia desenhada para o Turismo de Natureza.

A satisfação das necessidades de formação profissional deverá passar pela implementação de um esquema, com vista à desejada qualificação profissional, que envolva todas as partes interessadas, nomeadamente os órgãos de turismo locais, regionais e nacionais, todas as associações que têm por missão o desenvolvimento da região, o PNSACV, os responsáveis pelo sector empresarial ligado ao turismo, ou seja, todos os agentes que, directa ou indirectamente, se relacionem com o turismo.

Apesar dos esforços desenvolvidos em matéria de qualificação profissional, a situação actual revela-se ainda muito insuficiente para dar resposta às crescentes necessidades de formação. Impõem-se, por isso, uma maior participação de todos os agentes turísticos e das empresas, em particular, nos esquemas de formação e reciclagem profissional. Urge, portanto, criar estímulos e apoios às empresas ou às associações profissionais que desenvolvam acções próprias de formação.

A existência de cursos específicos na área do turismo reveste-se de extrema importância para a região, uma vez que a insuficiente qualificação dos recursos humanos nesta área é uma das principais preocupações assumidas pelos responsáveis da administração e operadores.

A elaboração de um plano de formação específica em Turismo de Natureza, deve incluir quer a formação dirigida ao pessoal do PNSACV e outras instituições com intervenção directa no território, quer às empresas e operadores turísticos, nos seguintes domínios: sensibilização ambiental, energias renováveis, redução e reciclagem de resíduos, qualidade do ar e da água; desenvolvimento sustentável, património natural e cultural.

5.6 - Organização de eventos

A organização de eventos, tais como colóquios, palestras exposições, mostras e feiras, pode desempenhar um papel muito importante na divulgação, promoção e captação de visitantes para a região.

A realização de quaisquer eventos deverá ter sempre em consideração as potencialidades da região para a actividade turística, devendo ser estimulada a organização de quaisquer eventos relacionados com os valores naturais e culturais da região ou com as suas actividades económicas.

5.7 - Criação de micro e pequenas empresas

Apoio à criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas, de animação turística ou mesmo de manutenção dos alojamentos tipificados como Casas de Natureza, privilegiando as de iniciativa local.

ÍNDICE

I - Caracterização do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

1. Caracterização geográfica e biofísica

1.1 Localização

1.2 Caracterização biofísica

2. Caracterização sócio-económica

2.1 População residente

2.2 Actividades económicas

2.2.1 Agricultura

2.2.2 Floresta

2.2.3 Pesca

2.2.4 Turismo

II - Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza no PNSACV

1. Princípios orientadores para o Turismo de Natureza no PNSACV

2. Objectivos genéricos do Enquadramento Estratégico do PNSACV

3. Potencialidades e recursos para o Turismo de Natureza

3.1 O meio rural

3.2 A faixa costeira

3.3 Proximidade a outros pontos de interesse

- 3.4 Observação da natureza
- 3.5 Desportos de natureza
- 3.6 Gastronomia
- 3.7 Artesanato
- 3.8 Património histórico-cultural
- 3.9 Alojamento turístico
- 3.10 Estruturas de apoio do PNSACV
- 4. Caracterização da oferta das infraestruturas e equipamentos turísticos
 - 4.1 Alojamento
 - 4.2 Restauração
 - 4.3 Equipamentos e infraestruturas desportivas
 - 4.4 Infraestruturas das actividades culturais
- 5. Enquadramento estratégico das iniciativas no âmbito do PNTN
 - 5.1 Alojamento e estruturas de apoio ao Turismo de Natureza
 - 5.2 Animação e Interpretação
 - 5.3 Carta de Desporto de Natureza
 - 5.4 Promoção
 - 5.5 Formação profissional
 - 5.6 Organização de eventos
 - 5.7 Criação de micro e pequenas empresas